



Município de Fafe

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

DO

DIREITO DE OPOSIÇÃO

Ano de 2012

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO ANO DE 2012

1

2

3 INTRODUÇÃO

Desenvolvendo o preceito constitucional do reconhecimento às minorias do direito de oposição democrática, consagrado no artigo 114º do n.º 2 da Constituição da República Portuguesa, foi aprovado, pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, o Estatuto do Direito de Oposição, o qual assegura às minorias, nomeadamente, o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das Autarquias Locais, através do acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas prosseguidas pelos mesmos.

Nos termos da retrocitada legislação, entende-se por oposição a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas do Governo ou dos órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais de natureza representativa, em moldes mais eficazes, dotando a oposição de direitos de participação em áreas fundamentais.

Nos termos do artigo 3º do Estatuto do Direito de Oposição e, no caso das Autarquias locais, são titulares do direito de oposição:

- Os partidos políticos representados no órgão deliberativo – Assembleia Municipal – que não estejam representados no órgão executivo – Câmara Municipal;
- Os partidos políticos representados nas Câmaras Municipais, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas;

- Os grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico, nos termos das alíneas anteriores.

De acordo com o consagrado no Estatuto do direito de Oposição, os titulares do Direito de Oposição têm:

1. O direito de ser informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade (artigo 4º);
2. O direito de consulta prévia, de ser ouvidos sobre propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade (artigo 5º).
3. O direito de participação, de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem (artigo 6º);
4. O direito de depor perante quaisquer comissões constituídas para a realização de livros brancos, relatórios, inquéritos, inspeções, sindicâncias ou outras formas de averiguação de factos (artigo 8º).

TITULARES DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

Considerando o caso particular do Município de Fafe, tendo em consideração que o Partido Socialista é o único partido político representado na Câmara Municipal, com pelouros e poderes delegados, ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, são, então, titulares de direito de oposição, nos termos do artigo 3º do Estatuto de Oposição:

- **Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” (IPF)**, representados na Câmara Municipal com três Vereadores e na Assembleia Municipal com nove eleitos;

- **Coligação “Juntos Por Fafe” (PPD/PSD.CDSPP)**, representados na Câmara Municipal com um Vereador e na Assembleia Municipal com oito eleitos;

- **Coligação Democrática Unitária (CDU)**, representada na Assembleia por um eleito.

1

2

3

4

5

CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DA OPOSIÇÃO

6

7 DIREITO À INFORMAÇÃO

8 Os titulares do direito de oposição com assento na Câmara Municipal foram regularmente informados, pelo Presidente da Câmara, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse para o Município nas reuniões da Câmara Municipal e sempre que solicitaram esclarecimentos por parte dos elementos em funções executivas, tendo-lhes sido prestada a informação solicitada diretamente e em prazo tido como razoável, em conformidade com as questões apresentadas.

9 Para além de outras informações relativas aos vários assuntos, aos titulares do direito de oposição representados na Assembleia Municipal foram prestadas todas as informações previstas na alínea e) do n.º 1 do artigo 53º e nas alíneas u), v), bb) e cc) do n.º 1 e no n.º 4 do artigo 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, designadamente:

- 10 – Informação escrita e detalhada do Presidente da Câmara acerca da atividade da Câmara Municipal e de outros assuntos de interesse público, remetida a todos os membros da Assembleia Municipal, antes de cada sessão ordinária daquele órgão;
- 11 – Resposta, em geral, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos do Município;
- 12 – Resposta aos pedidos de informação apresentados pelos Vereadores, verbalmente na própria reunião ou posteriormente por escrito;
- 13 – Resposta aos pedidos de informação veiculados pela Mesa da Assembleia Municipal;
- 14 – Publicação das decisões e deliberações dos órgãos Autárquicos destinadas a ter eficácia externa, através de edital e divulgação na página da internet da autarquia;
- 15
- 16 – Divulgação das atas da Câmara Municipal na página da Internet e através de edital;

17 – Remessa à Assembleia Municipal das atas das reuniões do Executivo Municipal, após aprovação;

18 – Remessa à Assembleia Municipal da documentação relativa a planos, projetos, relatórios, pareceres, memorandos e documentos de semelhante natureza e de relevante interesse.

19

20 Os representantes da oposição foram ouvidos nas questões mais relevantes para a atividade autárquica e, sempre que possível, os seus contributos e sugestões foram incorporados.

21 A Câmara Municipal de Fafe, em nome do princípio da transparência, mantém atualizados os mecanismos de informação permanente sobre a gestão municipal, onde se inclui a página da internet, facilitando o acompanhamento, fiscalização e crítica da atividade dos órgãos municipais.

22

23

24 DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA

25 De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5º do Estatuto do Direito de Oposição, os Vereadores foram ouvidos sobre propostas dos Planos Plurianuais de Investimento e de Atividade Municipais e do Orçamento Municipal, resultando a sua aprovação dentro do prazo legal.

26 Para esse efeito, a respetiva documentação foi distribuída no prazo razoável a que alude o n.º 2 do artigo 4º do diploma legal supramencionado, por via da remissão efetuada pelo n.º 4 do artigo 5º, realizando-se a Assembleia Municipal que a aprovou em 14 de Dezembro do mesmo ano.

27 Foram facultadas, com a antecedência prevista na lei, as ordens de trabalho das reuniões do Executivo e disponibilizados para consulta todos os documentos necessários a tomada de decisão.

28 Foi possibilitada a cópia desses documentos, sempre que o desejaram, com meios humanos e materiais da autarquia.

29 Foi disponibilizado o acesso a todas as instalações municipais e aos respetivos funcionários, sempre que manifestada a vontade.

30

31 DIREITO DE PARTICIPAÇÃO

32 Durante o ano 2012, foi assegurado aos titulares do direito de oposição o direito de se pronunciarem e intervirem, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo efetuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos.

33 Foram tornadas públicas integralmente, por transcrição na respectiva ata ou inclusão como anexo, todas as declarações de voto apresentadas nas reuniões do Executivo e foram tornadas públicas, por referência no Boletim Municipal, as posições tomadas;

34 Assegurou-se aos eleitos o direito de apresentação de propostas de deliberação, que foram decididas de imediato ou agendadas posteriormente;

35 O Executivo Camarário, o Presidente da Câmara e Vereadores, procederam atempadamente ao envio de informações pertinentes aos Vereadores da Oposição;

36 Foram dirigidos os respetivos convites aos membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ou participar em atos e eventos oficiais.

37 Foi garantida a distribuição de toda a correspondência remetida à autarquia e destinada aos Vereadores ou aos Membros da Assembleia Municipal.

38 O Regimento da Assembleia Municipal não determina a distribuição de tempos de intervenção, com favorecimento das apresentações minoritárias em detrimento dos tempos que, pelo princípio da proporcionalidade, pertenceriam a maioria.

39

40 DIREITO DE DEPOR

41 No período em questão, os eleitos locais referidos como titulares do direito de oposição não intervieram em qualquer comissão para efeitos da aplicação do direito consagrado no artigo 8º do Estatuto do direito de Oposição.

42

43 DIREITO DE PRONÚNCIA SOBRE O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

44 De acordo com o artigo 10º do Estatuto do Direito de Oposição, os Membros da Oposição dispõem do direito de se pronunciarem sobre o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido Estatuto, documento este elaborado pelo órgão executivo. A pedido de qualquer destes titulares, pode o respetivo relatório e resposta ser objeto de discussão pública, na correspondente Assembleia.

45 CONCLUSÃO

46 Tendo por base as linhas de atuação atrás expostas, entende-se que foram asseguradas, pela Câmara Municipal de Fafe, as condições adequadas ao cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição durante o ano 2012, considerando-se como relevante o papel desempenhado pelo Executivo Municipal como garante dos direitos dos eleitos locais da Oposição.

Município de Fafe

Nestes termos e em cumprimento do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito da Oposição, deverá este relatório ser enviado ao Presidente da Assembleia Municipal de Fafe e aos representantes dos órgãos autárquicos titulares do direito de oposição, vereadores e membros da Assembleia Municipal. Deverá ainda ser publicado em diário da república ou no boletim municipal após discussão na Assembleia Municipal, nos termos do n.º 5 do artigo 10.º da mesma lei e na página da internet do Município.

